

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Fernanda Barbosa Araujo

**As Relações entre o Estado e as Multinacionais no
Desenvolvimento Industrial do Brasil:**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília – DF

2006

Fernanda Barbosa Araujo

**As Relações entre o Estado e as Multinacionais no
Desenvolvimento Industrial do Brasil:**

Banca Examinadora:

Prof. Rodrigo Azeredo
(Orientador)

Prof. Marco Antônio
(Membro)

Prof. Sérvulo
(Membro)

Brasília – DF

2006

Agradeço

Imensamente a minha família que sempre estiveram presentes não só ao longo da elaboração deste trabalho me dando força para superar todas as dificuldades que encontrei, mas estiveram e estão presentes em todas as etapas da minha vida, sempre me apoiando para subir os degraus e desviar dos obstáculos que aparecem.

Aos meus amigos. O que seria um ser humano sem amigos? Eles agüentaram todas as minhas angústias, tiveram paciência para compreender todas as vezes que não pude me dedicar à amizade como de costume.

Ao orientador que participou desta pesquisa, Rodrigo Azeredo que me ofereceu sábios conselhos e referências bibliográficas, sempre com muita presteza.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica do desenvolvimento econômico do Brasil, suas conseqüências e o relacionamento do país com capital internacional, sobretudo a participação das multinacionais na economia brasileira. Qual a importância das relações do Estado com os mercados, e as multinacionais neste desenvolvimento? Para responder essa pergunta, fazendo uso de uma visão histórica e econômica, o trabalho procurará demonstrar o papel dos governos na economia brasileira, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento e a industrialização no período de 1930 até 1980. Ademais, o trabalho propõe expor os fatores responsáveis pelas distorções no mercado, o papel das multinacionais nesse avanço econômico e, os métodos utilizados para que estas empresas, de instalações e atividades em diversos países, conquistassem uma posição de destaque no setor de mercado em pertencem. O trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro capítulo analisa a evolução da economia brasileira, em um contexto econômico e histórico, identificando políticas governamentais utilizadas por sucessivos governos. O segundo capítulo mostra problemas que surgiram no mercado após o rápido processo de industrialização que ocorreu no Brasil, entre eles, o papel das empresas multinacionais, a formação de oligopólios e monopólios e a participação do Estado neste processo. Por fim, o terceiro capítulo apresenta um estudo de caso com algumas multinacionais, com o intuito de analisar o comportamento destas em alguns setores-chaves da economia nacional. O objetivo é analisar a relação do Estado brasileiro com o capital internacional, por meio das multinacionais, e as conseqüências deste relacionamento para a economia e a sociedade brasileira.

ABSTRACT

This work has as a goal a critical analysis of the Brazilian economic development, its consequences and the relationship between the country and the international capital, including the participation of multinationals at the Brazilian economy. What is the importance of the relations between the state and the markets and the multinational in this development? To answer this question, using an historical and economic vision, which will demonstrate the role of the governments in management of the Brazilian economy, as far as the development and industrialization policies are concerned from 1930 up to 1980. In addition, the study shows some important factors that are responsible for the market distortions, the multinationals' role in this economic growth and, the methods used by these companies which subsidiaries and activities in diverse countries conquered a prominent position in many sectors. The study is divided in three chapters: the first analyzes the Brazilian economy evolution in an economic and historical context, identifying all the governmental policies used by successive governments. The second chapter shows which problems were developed in the market after the fast industrialization process that occurred in Brazil, like the role of the multinational companies, the establishment of oligopolies and monopolies and, the participation of the State in this process. Finally, the third chapter presents a case study with some multinationals, aiming to analyze the behavior of these companies in some key-sectors of the national economy. The objective of this work is to analyze the relation of the Brazilian State with the international capital, through its relations with the multinationals, and the consequences of this relationship to the Brazilian economy and society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I.....	47
----------------------	-----------

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1.....	19
Gráfico 1.....	21
Gráfico 2.....	21
Gráfico 3.....	22
Gráfico 4.....	23
Gráfico 5.....	25
Gráfico 6.....	27
Gráfico 7.....	29
Tabela 2.....	39
Tabela 3.....	39
Tabela 4.....	43
Gráfico 8.....	46
Tabela 5.....	48
Tabela 6.....	48
Tabela 7.....	49
Tabela 8.....	50

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	9
A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	12
1.1. A Crise do Café e a Grande Depressão	12
1.2. Década de 30 – Era Vargas.....	14
1.2.1. O Desempenho da Economia Brasileira durante a II Guerra Mundial	16
1.3. Síntese das Tentativas de Planejamento no Brasil.....	17
1.4. A Nova Ordem Monetária Internacional.....	18
1.5. O Segundo mandato do governo de Getúlio Vargas.....	23
1.6. O Governo de Juscelino Kubitschek	24
1.6.1. Indústria Automobilística	26
1.7. A crise no Brasil nos anos 60	27
AS DISTORÇÕES DE MERCADO NO BRASIL	32
2.1. A Busca pela Modernização do País.....	32
2.2. Desequilíbrios Estruturais	34
2.2.1. Monopólios e Oligopólios	34
2.3. Milagre Econômico.....	37
2.4. O Papel do Estado no Desenvolvimento Econômico.....	37
AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL.....	40
3.1 Empresas Multinacionais no Brasil	42
3.2. O caso da Coca-Cola:.....	45
3.3. Telefonia Celular	49
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema se deu com a percepção das dificuldades enfrentadas ainda hoje pela economia brasileira. Como um país com tantas riquezas naturais deixou sua dívida externa tomar proporções estrondosas a ponto de se tornar tão dependente dos países desenvolvidos e porque não conseguimos atingir o desenvolvimento, se foram criadas inúmeras políticas com o objetivo de atrair investimentos para o país?

Com base nestes questionamentos, o trabalho foi dividido em três capítulos, cujas exposições contribuem para entender como não alcançamos o desenvolvimento, deixando o país dependente economicamente, com altos índices inflacionários e com desequilíbrios estruturais, ou seja, acúmulo de capital, concentração de poder, má distribuição de renda entre outros, e desequilíbrios regionais.

Inicialmente, no Capítulo I, será exposta uma breve análise sobre a crise que coincidiu com o início do processo de industrialização, ou seja, a Grande Depressão. Com o intuito de compreender como ocorreu o desenvolvimento, serão comentados os governos que mais se destacaram no início do processo de industrialização no Brasil: Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. Para entender as dificuldades enfrentadas pelo país será demonstrado de que maneira a Segunda Guerra Mundial e a Nova Ordem Monetária Internacional influenciaram na estrutura do nosso processo de industrialização. Por fim, o capítulo analisa o início da crise dos anos 60 no Brasil.

Por sua vez, o capítulo II apresenta uma pesquisa sobre as distorções de mercado. Após o período conhecido como "Revolução Industrial", o país se depara com a estagnação de sua economia. Além de analisar em que resultou o processo acelerado da indústria, o capítulo irá conceituar oligopólios e monopólios e explicar como ocorre a formação destes. A seguir, será feita uma análise a respeito das empresas multinacionais e o papel que o Estado desempenhou durante o processo de industrialização.

Finalmente, o capítulo III se propõe a analisar as empresas multinacionais de grande destaque no mercado mundial. Além de descrever como ocorreu a formação destas empresas, será feita uma crítica no que diz respeito a atuação comportamental de uma multinacional e dos Estados durante o processo de desenvolvimento econômico.

A visão nacionalista e a política protecionista foram utilizadas como marco teórico para demonstrar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Segundo Gilpin, (2004, p.51):

“O objetivo principal dos nacionalistas é a industrialização, por vários motivos. Em primeiro lugar, acreditam que a indústria tem influência positiva em toda a economia, o que promove o desenvolvimento em conjunto. Em segundo lugar, associam a indústria com a auto-suficiência econômica e a autonomia política. Terceiro, e mais importante, a indústria é a base do poder militar, e no mundo moderno é fundamental para a segurança nacional”.

Desde o final da década de 30, muitos economistas passaram a apoiar a intervenção do Estado na economia, como de fato ocorreu ao longo do processo de industrialização. Os nacionalistas acreditavam que era necessário manter as atividades econômicas sob subordinação do Estado. O Estado era quem detinha o poder de escolha dos setores de mercado que receberiam investimentos. Havia, no entanto, um debate entre aqueles que defendiam o “Brasil agrícola” e os que conclamavam o “Brasil Industrial”. No final da década de 50, o papel do mercado começou a atingir grandes proporções, ocasionadas pelo acelerado processo de industrialização pelo qual o Brasil passou. Com isso, muitos economistas passaram a defender o livre comércio, ou seja, o mercado deveria se auto-regular. Os períodos seguintes foram caracterizados pelas “distorções de mercado” onde detectamos as “concorrências imperfeitas”, ou seja, a formação de oligopólios e monopólios em diversos setores.

Para Gilpin (2004, p.65), “a maior força do nacionalismo econômico é o seu foco no Estado como ator predominante nas relações internacionais e como instrumento do desenvolvimento econômico”. O autor acredita ainda que existem outras forças: a importância

da segurança e dos interesses políticos e a constatação de que os mercados precisam funcionar em universo de Estados e grupos competitivos. Porém, como em todas as outras visões existem algumas fraquezas: Gilpin (2004, p.65) “... a busca do poder pode normalmente conflitar com a procura da riqueza, pelo menos no curto prazo. A acumulação e o emprego do poder militar ou de outros tipos representam um custo para a sociedade, custo este que pode comprometer sua eficiência econômica”.

No que se refere à política protecionista, quando o assunto é industrialização, o caso se torna bastante complicado, não desmerecendo o papel do Estado na economia, em alguns casos a superproteção provinda dele contribuiu para que o desenvolvimento ocorresse de maneira tardia, sobretudo no que se refere à absorção de novas tecnologias e métodos produtivos. No entanto, a proteção à indústria nacional também contribuía para a “sobrevivência” do capital doméstico em muitos setores, as chamadas “indústrias nascentes”, o que permitiu o surgimento de uma classe industrial nacional de peso.

CAPÍTULO I

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O primeiro capítulo apresenta uma pesquisa a respeito da formação econômica no Brasil da década de 30 até meados de 60, com o principal objetivo de demonstrar quais os fatores responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Brasil. Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira (2003, p.31) “O desenvolvimento é um processo de transformação econômica política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”.

Para que a expressão desenvolvimento possa ser utilizada de maneira correta, tornam-se necessárias modificações nos setores econômico, político e social. Ou seja, que aconteça uma transformação generalizada obtendo um progresso considerável no padrão de vida da população, e que esta transformação ocorra de maneira contínua.

A primeira pergunta a ser colocada é “quando se deu início o processo de desenvolvimento no Brasil?” Dos meados do século XIX até a década de 1930, o crescimento na economia formou uma espécie de alicerce para essa evolução. Posteriormente, a sociedade se vê em um conflito onde o clássico é superado pelo moderno e o capital é possuidor de um valor maior do que a própria terra. O tão esperado desenvolvimento econômico se torna um objetivo para a população, ocorrendo não só de maneira “automática e autônoma”, mas necessária.

1.1. A Crise do Café e a Grande Depressão

O Brasil, no período colonial, teve três produtos representando suas principais atividades econômicas: a cana de açúcar, o ouro e o café. Apesar da produção de café e sua

exportação ocorrerem desde 1727, o volume desta era quase imperceptível comparando com a produção que foi atingida no período de 1825-50.

Com o aumento da produção de café, nos tornamos um dos principais exportadores deste produto, mantendo boas relações com os Estados Unidos. Porém, o nosso mercado interno não obtinha muito sucesso, faltava conscientização, política, maquinário, dentre outros fatores para que a atenção se voltasse para os nossos produtos. Com isso, ficamos vulneráveis a todas as crises que viessem a ocorrer com os parceiros comerciais do Brasil.

Em 1929, com a crise na bolsa de valores de Nova Iorque, período conhecido também como “Grande Depressão”, os EUA tiveram um período de grande instabilidade em sua economia, ocasionando quase que imediatamente problemas financeiros para todos os países que, de uma forma ou de outra dependiam da sua economia estabilizada e, o Brasil estava entre estes países.

Nessa época, a produção de café no Brasil era bastante elevada se comparada ao seu consumo, isto é, a produção era mais voltada para exportação do que para o consumo interno. Furtado (1999, p. 120), fornece os seguintes dados:

“A safra de 1931-32 foi estimada em mais de dezessete milhões de sacas de café, o que elevava os estoques disponíveis acima de 35 milhões de sacas. Como as exportações anuais atingiam pouco mais de nove milhões, havia um excesso de 26 milhões de sacas, o que agravou a situação do setor cafeeiro”.

Dois fatores contribuíram para a desvalorização do café: a crise de 1929 e o desvio da atenção do governo federal que estava preocupado em combater a inflação e estabilizar o câmbio. Como o governo brasileiro tinha o mercado cafeeiro como sua principal atividade econômica, ao surgir o problema, se incumbiu de tomar as devidas providências para manter o preço do produto. Para isso, criou o Conselho Nacional do Café, em 1931. Este Conselho comprou todo o café, ficou responsável pela destruição das sacas que não estavam apropriadas para o consumo e pela armazenagem e exportação dos produtos que se

encontravam em melhor qualidade. Sendo assim, o governo acreditava que o preço do café se manteria em alta.

Furtado (1972, p.192) afirma que:

“O valor do produto que foi destruído era muito menor do que a receita que foi criada. Estávamos, de fato construindo as famosas pirâmides que muito depois seriam mencionadas por Keynes. Desse modo, a política de apoio ao café nos anos da Grande Depressão tornou-se o maior estimulador do crescimento da renda nacional. Inconscientemente, o Brasil assumiu uma política anticíclica de proporções relativas mais amplas do que havia sido praticada em países industrializados até aquela época”.

Cano (1985, p.181) diz que:

“No período 1929-1933 se altera o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o “modelo primário-exportador” ou “de desenvolvimento para fora”). Ou seja: a dominância que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e do ritmo da atividade econômica do país passaria a segundo plano”.

Com isso, assistimos nessa época, o aumento dos preços dos produtos importados, que desviou a atenção do mercado para os produtos internos, fato raro até então. Sendo assim, demos início ao processo de industrialização, apoiando o mercado nacional.

1.2. Década de 30 – Era Vargas

Getúlio Dornelles Vargas foi o presidente que se manteve no poder durante mais tempo. Seu 1º mandato possuiu três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

Durante todo seu governo, Vargas deu continuidade à política de valorização do café, mas, devido às constantes crises, passou a investir em novos produtos.

Baer (2002, p.56),

“Entre 1929 e 1940, a participação do país nas áreas mundiais dedicadas ao plantio do algodão aumentou de 2% para 8,7% e a participação do algodão nas suas exportações cresceu de uma média anual de 2,1% no final da década de 1920 para 18,6% durante o período de 1935 a 1939”.

Com o bom azeite do algodão como produto agrícola, ocupamos alguns locais do plantio de café e geramos diversos empregos.

Durante a Era Vargas, a participação das empresas estrangeiras na economia foi bastante questionada. O capital provido dessas empresas seria de extrema importância, mas os estrangeiros ainda passavam uma visão de “exploradores”, causando uma resistência por parte da população que, defendeu arduamente a exploração de ferro e de petróleo por indústrias nacionais. Caracterizando, assim, um governo com uma política nacionalista. Na década de 30, o crescimento da indústria era de 125% ao ano, enquanto a agricultura crescia com uma taxa de 20%¹. Esses dados demonstram um surto no processo de industrialização.

Getúlio, no período de 1931 a 1939, promove a desvalorização da moeda, suspende o pagamento de juros da dívida externa e se recusa a pagar parte da dívida pública que estava sendo negociada com os bancos estrangeiros. Essas ações foram tomadas com o intuito de controlar o Balanço de Pagamentos que, nessa época foi afetado pela redução das exportações ocorridas no período antecedente à Segunda Guerra Mundial.

Para Getúlio Vargas, a existência de um planejamento era necessária, e este, por sua vez, era de responsabilidade do Estado, que na época mantinha uma participação ativa na economia. Em 1933, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool, que coordenava outros produtos: o açúcar e o álcool da cana que, como o café, possuíam também um grande destaque no comércio exterior.

A chamada Era Vargas foi de grande importância para o país, pois Getúlio exerceu um papel fundamental na construção do parque industrial do Brasil e na expansão dos setores de energia e transporte; instituiu tarifas que protegeram a indústria nascente nacional, ampliou o sistema de crédito e, com financiamento estrangeiro, montou as Companhias Siderúrgica Nacional, em 1946, e a Vale do Rio Doce, em 1942. Porém, essa expansão fez com que a

¹ROHDEN, Henrique Broering. Conhecimentos Gerais. História do Brasil. **Economia na Era Vargas** <<http://www.conhecimentosgerais.com.br/historia-do-brasil/economia-na-era-vargas.html>>. Acesso em: 02 de setembro de 2005.

inflação fosse constante em todo o governo de Getúlio, que fez uso de diversas importações de bens de capital e matérias-primas, aumentando os empréstimos do Brasil com os países estrangeiros.

1.2.1. O Desempenho da Economia Brasileira durante a II Guerra Mundial

Durante os três primeiros anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1941), o Brasil passou por um declínio das atividades produtivas. Porém, este não chegou a ser algo como a “Grande Depressão”. Após esse período, entre 1940 e 1945, evidenciamos uma redução nas importações e um aumento da receita de exportação, resultando na valorização na moeda.

A segunda pergunta a ser colocada é: “a Segunda Guerra Mundial foi um estímulo para o desenvolvimento empresarial no Brasil?” Sem dúvida alguma a guerra foi de extrema importância para o Brasil, porém não utilizamos devidamente essa oportunidade de crescimento comparado aos outros países. O Brasil ainda era muito dependente das importações, visto que a maior parte dos equipamentos eram fornecidos pelos países beligerantes. Com a guerra, as exportações desses países diminuíram, causando uma redução no ritmo do desenvolvimento empresarial do Brasil. Celso Furtado observou o seguinte fato que pode nos esclarecer esse sucesso: “a política seguida durante os anos da guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p.47). Ou seja, o governo fixou a taxa de câmbio e protegeu o setor cafeeiro mantendo a procura pelo mercado interno.

Com a falta de recursos para produzir determinados produtos durante a guerra, o Brasil passou a investir em outros setores, o que foi denominado como “substituição de importações”. Foi o caso da indústria Têxtil, que se destacou durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar deste setor, se esforçar muito tempo para conquistar um local de destaque

em meio às exportações, esta indústria obteve maior sucesso entre 1940 e 1943, quando atingiu um aumento de mais de 50% em sua produção.

1.3. Síntese das Tentativas de Planejamento no Brasil

Até a década de 30, não evidenciamos um governo que tivesse um desenvolvimento econômico planejado, o que ocorreu foram diversas políticas protecionistas adotadas em prol do café. Porém, não houve especificamente um planejamento para a questão industrial.

Para Baer (2002, p.62),

“Nas décadas de 1930 e 1940, a realização de análises sistemáticas e avaliações da estrutura econômica brasileira visando influenciar o rumo do desenvolvimento do país, conduzidas por estrangeiros e brasileiros, tornou-se mais freqüente. O primeiro relatório a surgir na década de 1930 foi o *Niemeyer Report*”.

O relatório *Niemeyer*, publicado em 1931, não provocou muitas mudanças, visto que nessa época criticar a confiança que era depositada no café era algo inaceitável. No entanto, o relatório foi de extrema importância, pois identificou que a principal fraqueza na economia do Brasil era depender das exportações de poucos produtos agrícolas. Por isso, o Brasil era atingido com mais violência que os demais em meio às crises mundiais.

Outro trabalho que tinha como principal intuito focar mudanças na economia brasileira foi realizado pela Missão Cooke, constituída por técnicos americanos. Em 1942 e 1943, os governos brasileiro e americano patrocinaram a missão com o intuito de verificar qual a contribuição que o Brasil poderia fornecer às forças aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Segundo Baer (2002, p.63),

“O trabalho da Missão Cooke representou o primeiro trabalho de pesquisa analítica e sistemática jamais realizado em relação à economia brasileira visando à formulação de um programa de ação. Pela primeira vez, a economia era analisada sob um ponto de vista regional, dividindo o país em três regiões distintas (Nordeste/Leste, Norte/Centro e Sul) cujas características eram diferentes o bastante para justificar programas de desenvolvimento significativamente diversos”.

A Missão Cooke sugeriu que ocorresse um desenvolvimento econômico no Sul do Brasil: segundo os técnicos americanos, o local era propício para um rápido crescimento econômico e, a partir desse local, o desenvolvimento se estenderia para as áreas ao redor. A tarefa de industrialização deveria partir da iniciativa privada e, o governo brasileiro deveria se dedicar ao planejamento industrial de maneira geral, facilitando crédito e oferecendo conhecimento técnico para que esse desenvolvimento ocorresse de maneira consistente.

Segundo Furtado (1999, p.164), “A maior contribuição da Missão foi iniciar um levantamento sistemático de dados para avaliações futuras”. Diferente do que foi recomendado no relatório *Niemeyer*, a Missão Cooke sugeriu uma diversificação na economia, para que não sofrêssemos tanto com as crises mundiais. Ou seja, deveríamos expandir a indústria siderúrgica, valorizar o desenvolvimento das indústrias de papel e madeira e, criar instalações para a indústria têxtil, tanto para o consumo próprio como para as exportações.

1.4. A Nova Ordem Monetária Internacional

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e com a queda do Governo de Getúlio Vargas, iniciamos uma nova fase na economia brasileira, que mesmo enfrentando problemas semelhantes à Grande Depressão, deu continuidade ao processo de industrialização.

O Sistema de Bretton Woods, estabelecido em 1944, e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) ² e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ³, em 1945, marcaram a denominada “Nova Ordem Monetária Internacional”, visto que ambos foram criados com o intuito de restabelecer o equilíbrio da ordem monetária mundial e

² “O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1945 e tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, notadamente através da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 181 países membros”. Fonte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **FMI: Fundo Monetário Internacional.** Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgfin/fmi>>. Acesso em 15 de Outubro de 2005.

³ Somente os países membros do FMI podem fazer parte do BIRD.

auxiliar os países que foram prejudicados pela guerra, promovendo o crescimento econômico dos países mais afetados.

Como a redução das importações durante a Segunda Guerra Mundial, contaríamos com um fator que facilitaria o nosso desenvolvimento, visto que os saldos de câmbio estrangeiro estavam acumulados. Porém, não foi o que ocorreu. Essas reservas se esgotaram em um espaço de tempo curto, pois a procura pelas importações de bens de consumo foi intensa. O governo Dutra reequipou a indústria, que de fato estava precisada, mas, por outro lado, facilitou a entrada no mercado de produtos importados denominados “supérfluos”, como carros, perfumes e outros bens de consumo. A tabela 1 apresenta um comparativo anual entre a quantidade das exportações e importações e, o valor da produção real durante o período de 1944 a 1950.

Tabela 1

Importações, exportações e produção real, 1944-50 (taxas de crescimento anuais).

	<i>Exportações</i>		<i>Importações</i>		<i>PIB real</i>
	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>	
1944-1945	6	16	5	6	1
1945-1946	21	49	-17	50	8
1946-1947	-5	17	40	80	2
1947-1948	3	3	-10	-8	7
1948-1949	-11	-8	16	-1	5
1949-1950	-13	24	22	-2	6

Fonte: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002, p.72.

Através dessa tabela, podemos observar claramente que a quantidade de exportações realizadas pelo Brasil não acompanhou a quantidades das importações. Ocorreu no período, um aumento bem maior no valor do dólar do que no valor da nossa moeda. Este fato tem como principal motivo o avanço tecnológico e científico que ocorreu durante o período pós-guerra: como não tínhamos tecnologia suficiente para acompanhar esse progresso, passamos a depender ainda mais das importações, deixando mais uma vez os nossos produtos internos de lado.

Em 1945, o governo provisório e, posteriormente, o governo Dutra, adotaram uma política cambial liberal e acabaram com os saldos que possuíamos no exterior. Em 1947, com o intuito de controlar as importações, foi criado um sistema para aquisições no exterior que obedecia a prioridades: esse controle ficou sob a responsabilidade da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, o Cexim⁴. Os bens essenciais⁵ tinham preferência nesse sistema, os remédios e utensílios agrícolas podiam ser importados livremente e, os bens de consumo, que foram os mais cotados logo após o fim da Segunda Grande Guerra, tinham muita dificuldade para conseguir uma licença e, os pedidos destes enfrentavam longas listas de espera. Com esse controle, abrimos novamente o mercado para os produtos internos, semelhante ao que ocorreu na década de 30, porém tínhamos uma vantagem, poderíamos importar as máquinas necessárias à indústria brasileira com mais facilidade.

Segundo Bresser-Pereira (2003, p.49), “Em meio ao desperdício, todavia, tem início à tão necessária reequipagem da indústria nacional. E com esse fato começa um período de grande desenvolvimento para a economia brasileira e para a indústria em particular”. Esse foi um dos lados positivos dessa nova conduta em relação às importações, que apesar de acabar em um pequeno intervalo de tempo, com as reservas conquistadas durante a Segunda Guerra Mundial, permitiu suprir parte da carência das indústrias brasileiras que aproveitaram as baixas taxas de câmbio para adquirir maquinário, dando continuidade ao processo de industrialização.

Encontramos algumas críticas em relação ao controle exercido pelo governo durante esse período. Segundo Baer (2002, p.73) “... uma atitude menos rígida na manutenção de uma taxa de câmbio fixa e supervalorizada teria tornado a carga dos controles mais equitativa e poderia ter gerado um estímulo maior às exportações”. O governo redistribuía a renda nacional vinda do controle do câmbio em favor dele e do setor industrial e, não fornecia

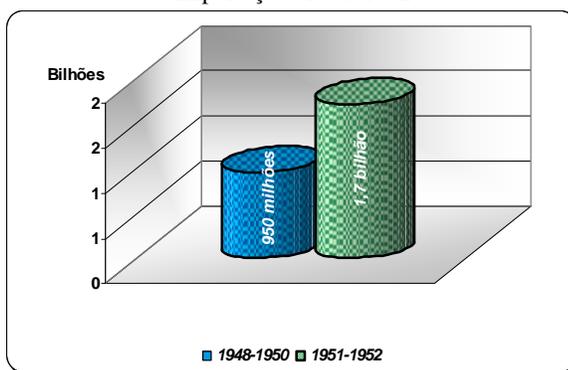
⁴ O Cexim tinha como responsabilidade os licenciamentos. Passou a se caracterizar como um órgão do governo voltado para o acompanhamento sistemático das operações de comércio exterior.

⁵ Combustíveis, produtos alimentícios básicos, cimento, papel e equipamento tipográfico.

nenhum benefício aos exportadores, principalmente os de café, produto agrícola de maior destaque na década de 30.

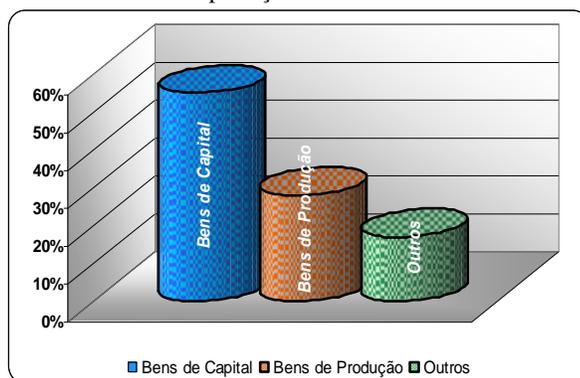
Em 1950, se iniciou a Guerra na Coreia ⁶. Acreditava-se que esse conflito teria uma repercussão mundial. Devido ao medo de que esta guerra influísse nas importações dos produtos essenciais às indústrias brasileiras, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, o Cexim ⁷ cedeu a estas importações. O resultado foi o elevado aumento destas, principalmente dos bens de capital como demonstram os Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1
Importações 1948-1952



Elaboração própria. Fonte dos dados: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002, p.73.

Gráfico 2
Importações 1948-1952



Elaboração própria. Fonte dos dados: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002, p.73.

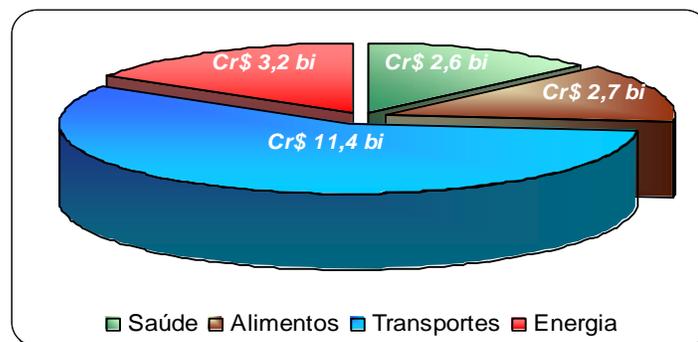
⁶ Os Estados Unidos e a antiga União Soviética entraram em conflito pelo controle da Coreia, fazendo com que alguns pensassem em uma terceira Guerra Mundial.

⁷ Cexim - Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil.

A possibilidade de uma III Guerra Mundial ameaçava as indústrias brasileiras que passavam a buscar meios de substituir os produtos importados, caso estes viessem a ficar escassos. Simultaneamente a esse temor, voltamos a perceber um interesse pelo mercado interno. Em 1953, a Guerra da Coreia termina e junto com ela o receio de um conflito mundial.

O governo de Eurico Gaspar Dutra, que durou de 1946 a 1950, não foi tão marcante quanto o de Getúlio Vargas, porém não podemos deixar de falar do plano elaborado por ele nesse período. O Plano Salte, tinha como objetivo focar a saúde, alimentação, transporte e energia. Esperava gastar Cr\$ 19,9 bilhões que seriam distribuídos conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3
Plano Salte



Elaboração própria. Fonte dos dados: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002, p.79.

Segundo Baer (2002, p.79) “O plano não durou mais que um ano devido a problemas de implementação e principalmente a dificuldades financeiras”. Porém, esse plano, apesar de não atingir o seu objetivo inicial, com duração de cinco anos (1950-1954), teve um grande valor, pois despertou a importância de outros setores que, no futuro seriam estratégicos para o desenvolvimento e, contribuiu para a instalação de duas estatais: a Petrobrás⁸ e a Eletrobrás⁹.

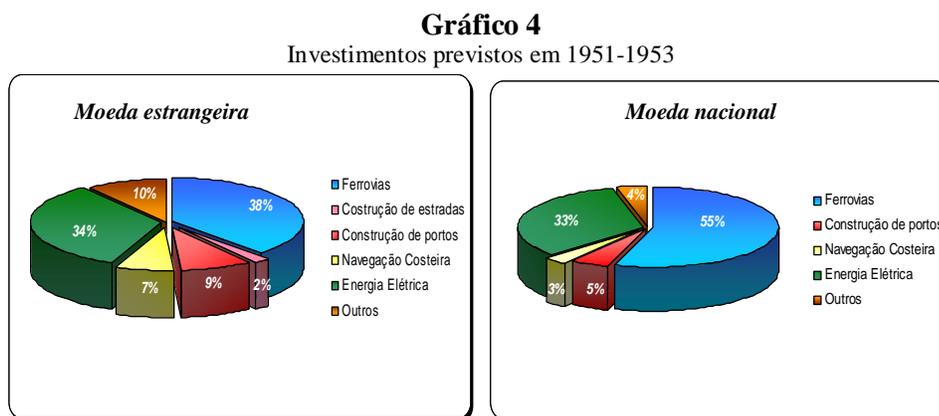
⁸ Criada em 1953, através da Lei 2.004, tinha como objetivo executar as atividades no setor de petróleo no Brasil. Fonte: PETROBRÁS. **História**. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portal/Petrobras.htm>>. Acesso em 03 de Novembro de 2005.

⁹ Criada em 1962, tinha como objetivo promover estudos e projetos de construção e operação de usinas destinadas ao suprimento de energia elétrica do Brasil. Fonte: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA.

1.5. O Segundo mandato do governo de Getúlio Vargas

Em 1950, Getúlio Vargas assume o governo novamente. Seu segundo mandato (1950-1954) mantém a política nacionalista adotada nos anteriores, apesar dessa política ser colocada em dúvida diversas vezes durante seu governo. Inicia uma campanha pelo monopólio estatal com o seguinte slogan “O Petróleo é nosso”.

Dando continuidade ao que foi iniciado na Missão Cooke ¹⁰, Brasil e Estados Unidos realizam um trabalho de cooperação que tem como objetivo principal elaborar uma análise do desenvolvimento econômico do país. Os investimentos seriam feitos em moeda estrangeira e nacional e ficariam em torno de US\$ 387,3 milhões e Cr\$ 14 bilhões distribuídos conforme Gráfico 4:



Elaboração própria. Fonte dos dados: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002, p.80.

Este plano nunca foi posto em prática, e com a mudança de governo dos Estados Unidos, a comissão responsável foi extinta. O plano foi condutor da criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, BNDE.¹¹ O Banco tinha como propósito conceder

Eletrobrás. **A Empresa**. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/EM_Empresa.asp>. Acesso em 03 de Novembro de 2005.

¹⁰ Ver Capítulo I, item 1.3.

¹¹ “Criado em 20 de junho de 1952 pela Lei N°. 1.628”. Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Bnde.asp>. Acesso em 05 de Setembro de 2005.

empréstimos em longo prazo aos setores industriais contribuindo para o processo de desenvolvimento e, apoiar as operações realizadas com os países estrangeiros.

Ainda no governo de Vargas, em 1953, é criada a Petrobrás, que após inúmeras discussões, teve seu projeto aprovado pela câmara. A Petrobrás seria uma empresa de propriedade e controle nacional, com participação da União. Assumia toda a exploração de petróleo, exceto a distribuição.

O Governo de Getúlio foi marcado por vários planos e políticas que buscavam a expansão agrícola e industrial: O Plano do Carvão Nacional, O Plano de valorização Econômica da Amazônia, foi criada a subcomissão de jipes, tratores e caminhões visando uma indústria automobilística dentre outros projetos que se concretizaram posteriormente.

1.6. O Governo de Juscelino Kubitschek

Em 1955, Juscelino Kubitschek (JK) é eleito Presidente da República com o *slogan* de campanha: "50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo"¹². Com uma ideologia de desenvolvimento autônomo, industrialização e principalmente democracia, "JK" traçou um programa econômico que nos foi apresentado como "Plano de Metas": este tinha como principal objetivo acelerar o processo de acumulação investindo nas atividades produtoras. Para isso, fez uso da nova legislação¹³ que apoiava financiamentos que favorecessem a exportação de produtos industriais e a importação de produtos necessários para o fortalecimento do mercado interno. Este Plano focava os seguintes tópicos: Energia, Transporte, Alimentação, Indústria de Base e Educação (capacitação de pessoal técnico) e a construção da nova capital, Brasília. Segundo Baer (2002, p.81), "Não se tratava de um desenvolvimento global, pois não abrangia todas as áreas de investimento público ou as indústrias básicas,...".

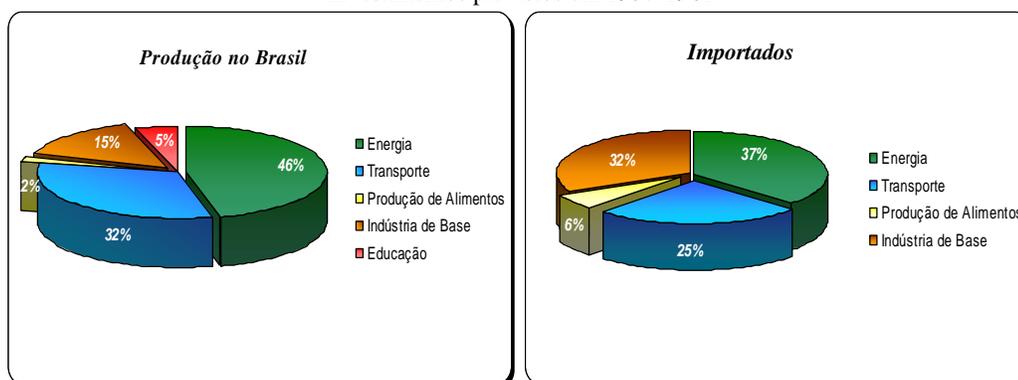
¹² MEMORIAL JK. A vida de JK: Trajetória. Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br/jk/indexjk.htm>>. Acesso em 05 de Setembro de 2005.

¹³ Lei 2.145, criada em 29 de dezembro de 1953.

Nem todas as suas metas foram totalmente cumpridas, entre todas a que mais se destacaram foram as indústrias de base, automobilística, de eletrodomésticos e eletrônicos. Foram denominados “pontos de desenvolvimento” as indústrias de aço/alumínio, cimento, celulose, automóveis e produtos químicos. Os investimentos programados para o governo totalizaram US\$ 2,3 bilhões a serem distribuídos conforme o gráfico 5. Os investimentos de bens e serviços produzidos no Brasil deviam ser financiados pelo governo, pelas empresas privadas ou mistas e pelas entidades públicas. Por outro lado, os investimentos de bens e serviços importados deveriam prover de empréstimos de órgãos internacionais e da entrada de capital estrangeiro no país.

Gráfico 5

Investimentos previstos em 1957-1961



Elaboração própria. Fonte dos dados: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002, p.82.

Juscelino, priorizando uma indústria que exigia tecnologia avançada, um volume enorme de capital e principalmente um conhecimento específico por parte dos funcionários (capacitação técnica), promove a desnacionalização da economia. Os países estrangeiros passam a participar da industrialização brasileira atraídos pelos benefícios que lhes são proporcionados. Como dependíamos muito da importação de máquinas e equipamentos para dar continuidade ao nosso desenvolvimento, e não tínhamos recursos suficientes, (não estávamos exportando tanto quanto era necessário), fizemos vários empréstimos com os países estrangeiros, o que provocou um desequilíbrio em nossas contas externas. Para agravar

ainda mais os nossos saldos na Balança de Pagamento e provocar níveis altíssimos de inflação, outros dois setores fizeram Juscelino recorrer mais uma vez aos empréstimos no exterior: a energia e o transporte.

Destacamos nos sistemas de transporte a modernização e a criação de rodovias que foram impulsionadas pela criação da nova capital do país, Brasília. No sistema de energia elétrica o governo de Juscelino iniciou a criação de duas grandes usinas: Furnas e Três Marias.

O governo de Juscelino Kubistchek reforçou a idéia da existência de um centro industrial, semelhante ao que foi falado na Missão Cooke: acreditava-se que a centralização do setor industrial contagiaria outras regiões, porém dessa vez o estado escolhido não se encontrava no Sul do país. Com a expansão do setor automobilístico, as montadoras de veículos invadiram o estado de São Paulo e entorno com suas fábricas. A concentração de indústrias nessas áreas contribuiu para a formação das desigualdades regionais, visíveis ainda hoje.

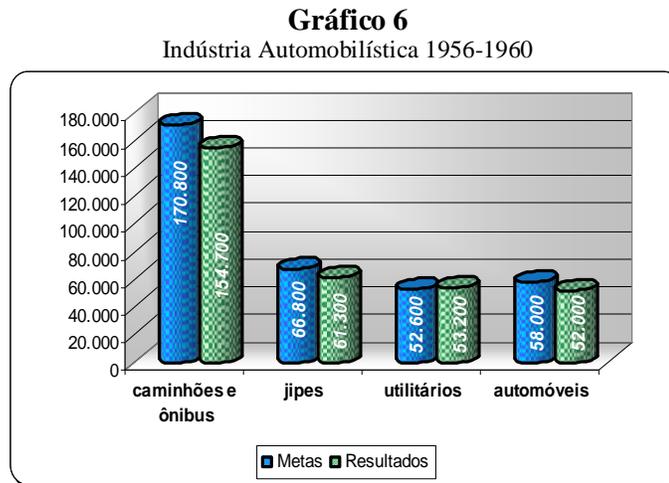
1.6.1. Indústria Automobilística

As primeiras montadoras de automóveis, atraídas pela abertura de novas estradas, começaram a aparecer no Brasil logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Algumas multinacionais se instalaram no país durante esse período: temos como exemplos a Ford, que montou sua primeira fábrica em 1921¹⁴, e a General Motors, em 1925¹⁵. Em 1928, começaram a surgir pequenas fábricas de autopeças que tiveram seu crescimento inibido devido ao período de Grande Depressão e a uma série de fatores que desanimavam os investimentos,

¹⁴FORD. **Institucional: 100 anos de Ford**. Disponível em: <https://www.ford.com.br/Default.asp#inicio>. Acesso em 06 de Setembro de 2005.

¹⁵GENERAL MOTORS. **Perfil da Empresa: A Companhia**. Disponível em: <http://gmb.chevrolet.com.br>. Acesso em 06 de Setembro de 2005.

como por exemplo, restrições às importações e uma política favorecendo a importação de veículos já montados.



Elaboração própria. Fonte dos dados: FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. São Paulo: Editora, 1999, p. 164. Nobel, 2002, p.186.

Em 1956, o governo de Juscelino Kubitschek lança uma era de desenvolvimento nacionalista, período em que se encerra a montagem de automóveis importados por uma das empresas de maior destaque na época nesse setor, a Ford. A Mercedes e a Toyota também inauguram fábricas no país durante esse governo. A Mercedes passa a produzir, em 1956, caminhões, chassis e plataformas para ônibus e, a Toyota passa a produzir utilitários em 1958.

Com o crescimento do setor, o governo de Juscelino Kubitschek cria o grupo Executivo da Indústria Automobilística, GEIA, que tinha como responsabilidade planejar e executar metas no período de 1956 a 1960. Como pode comprovar o gráfico 6, as metas deste grupo foram atingidas quase que por completo, e, com o sucesso, o setor automobilístico se torna líder industrial, gerando muitos empregos e contribuindo para o avanço do país.

1.7. A crise no Brasil nos anos 60

Os anos posteriores ao governo de Juscelino Kubitschek foram denominados por muitos como um período de estagnação. Este fato causou um certo espanto, pois o Brasil era

considerado um país extremamente otimista e o sonho do desenvolvimento cresceu mais ainda na década de 50 com o sucesso industrial.

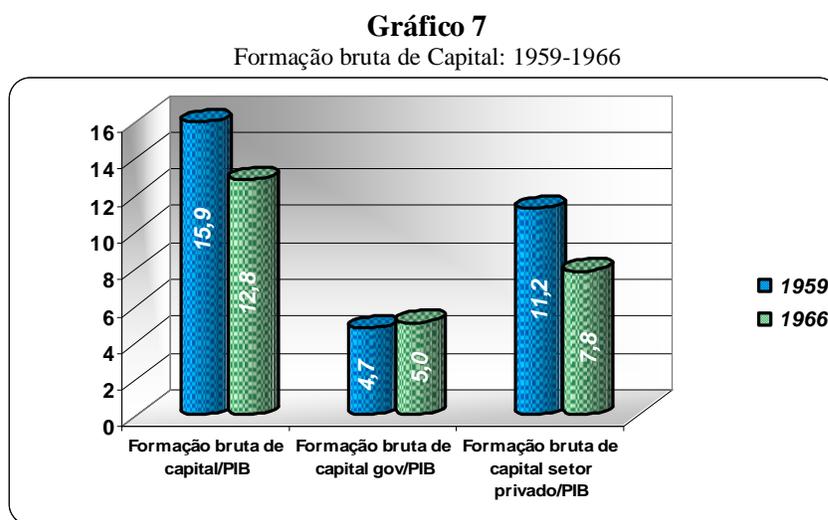
Segundo Furtado (1999, p.187), “Após um período de intenso crescimento econômico, a economia brasileira entrou em uma fase de retração. A taxa de crescimento do produto real – que fora de 10,3% em 1961 – baixou, aos saltos, para 5,3% em 1962 e 1,5% em 1963”. Com isso, se inicia não só um período de estagnação e retração, mas um período de crise.

Durante o período em que se manteve no poder, Jânio Quadros modificou o sistema cambial que, até então, era múltiplo, e suspendeu os subsídios que eram aplicados às importações de petróleo e de trigo, com o intuito de conter a inflação. Negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) as parcelas dos empréstimos feitos pelos governos anteriores que estavam por vencer e conseguiu obter um novo empréstimo para os financiamentos, que já havia sido negado em 1959 para Juscelino Kubistchek. O sucessor de Jânio Quadros não só manteve os níveis de inflação como manteve também a política econômica do Brasil estagnada.

A terceira pergunta a ser colocada é “Quais foram as reais causas da crise na década de 60?” Não podemos e não devemos culpar apenas os dois últimos governos pelo ocorrido durante esse período no Brasil. Ficou evidente que apesar do grande desenvolvimento atingido durante o governo de Juscelino Kubistchek, este acarretou elevados índices inflacionários e agravou ainda mais a situação brasileira. Jânio Quadros e Goulart não tiveram condição de controlar os índices herdados pelo governo anterior, e demonstraram fragilidade ao não elaborar uma política consistente para continuar o desenvolvimento industrial ou pelo menos manter o que foi conquistado na década de 1950. Porém, o período de estagnação se estendeu até 1967. Mesmo com o término do conturbado governo de Goulart, em 1964, não se conseguiu administrar a crise, o que nos faz pensar mais uma vez nas verdadeiras causas desta.

O processo de uma crise no país não começa de uma hora para outra, e ao analisar a nossa estrutura econômica verificamos três pontos críticos para a continuação do nosso desenvolvimento que serão discutidos a seguir:

O primeiro ponto a ser discutido: a diminuição em 1962, das oportunidades de investimento. Não existia esperança de retorno da parte dos empresários e dos países estrangeiros que não podiam substituir as importações e não tinham mercado para investir. A perda da credibilidade, que era necessária para dar continuidade ao nosso crescimento, foi crucial para a estagnação da nossa economia. O Gráfico 7 mostra a formação bruta de capital em 1959 e 1966.



Elaboração própria. Fonte dos dados: BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003, p.125.

O processo de substituição das importações se deu até o fim da década de 50 e funcionava da seguinte maneira: uma empresa que tinha intenção de se instalar no país dava início a suas atividades com base em produtos similares aos que já eram importados. Depois de algum tempo, ao abastecer o mercado, a empresa poderia investir em setores ainda não “invadidos” por produtos importados, fazendo com que o desenvolvimento fluísse mesmo que o volume das importações fosse maior do que o das exportações, como vimos anteriormente.

Na década de 60, apesar do número de importações continuar elevado, constatamos que as possibilidades de substituir os produtos que estávamos importando por produtos produzidos no Brasil eram remotas, pois não tínhamos investimento para isso. Passamos a enfrentar um problema sério: a queda de salários que veio ocorrendo lentamente desde 1958 e é percebida com clareza nos primeiros anos de crise do Brasil. Possuidor de uma cultura capitalista, ou seja, com a base do mercado sendo a procura e em decorrência da diminuição salarial resultante da tecnologia importada, cai a procura pelos produtos tanto nacionais quanto importados, e junto com ela, o interesse de investimento no país.

Um outro ponto crítico que contribuiu para a crise no país foi a má estrutura agrária. Constatamos que com a preocupação dos governos em valorizar o setor industrial, a agricultura ficou em segundo plano, muitas vezes o governo redistribuía a verba de maneira desigual, priorizava a industrialização e não investia nos produtos agrícolas, principalmente no café. Essa transferência era necessária, porém alguns cuidados deveriam ter sido tomados como: capacitar os profissionais que trabalhavam no campo a trabalhar nas indústrias, visto que o serviço que eles faziam anteriormente era completamente distinto e com o auxílio dessa mão-de-obra não teríamos falta de pessoal para executar as atividades do novo setor de investimento. Com o crescimento populacional explosivo decorrente da nova estrutura brasileira, a agricultura teria que aumentar a sua produção para atender o mercado interno, não só atender, mas participar efetivamente dele. Apesar do setor ter conseguido se manter durante um bom período, na década de 60 identificamos uma saturação deste. A reforma agrária que sempre foi prometida pelos governos e que incentivaria à agricultura a desenvolver novamente um papel importante, para a continuidade do processo de industrialização, nunca foi executada.

Finalmente, o terceiro ponto crítico: a inflação. Ao longo do tempo, foi identificada uma mudança nos motivos pelo qual esse mecanismo é ocasionado, como observado por Bresser-Pereira (2003, p.132),

“O início da crise brasileira dos anos 1960 é marcado por um processo de mudança das causas da inflação, que antes se definia essencialmente, ainda que não exclusivamente, como uma inflação estrutural de procura, passando a se definir como uma inflação de custos”.

Em função da capacidade ociosa, da concentração de renda nas mãos de poucos e da monopolização da economia brasileira após a entrada de capital estrangeiro ocorrida no governo de Juscelino, o Brasil assiste a um aumento de preços dos produtos e em contrapartida a procura pelo mercado é praticamente inexistente, ou seja, as empresas não conseguem obter lucros em suas atividades e apesar de possuir uma mão-de-obra especializada, aquela conjuntura tende a levar as indústrias à ociosidade, causando problemas para profissionais capacitados em diversos setores da economia.

Para responder a tal situação, as empresas aumentam os preços dos seus produtos, respaldadas pelo mercado brasileiro oligopolístico, e pressionam o governo em busca da obtenção de crédito, pois só assim conseguiriam baixar as taxas de juros e reconquistar os investimentos. O comportamento do governo foi aumentar seu consumo e com isso sua dívida. Para solucionar esses problemas, aumentou os tributos, caracterizando novamente uma inflação de custos.

Com base na rápida evolução da economia brasileira, nos deparamos com alguns problemas que ocorreram em decorrência deste processo. Segundo Gilpin (2004, p.72),

“ A despeito de suas serias limitações como teoria de mercado, ou da economia capitalista mundial, o marxismo levanta três problemas que não podem ser desprezados facilmente, e que são cruciais para a compreensão da dinâmica das relações internacionais contemporâneas. O primeiro são as implicações econômicas e políticas do processo de crescimento desequilibrado. O segundo é a relação entre economia de mercado e política externa. O terceiro, a capacidade que tem uma economia de mercado de reformar e moderar suas características menos desejáveis.”

CAPÍTULO II

AS DISTORÇÕES DE MERCADO NO BRASIL

O segundo capítulo apresenta uma pesquisa a respeito das distorções de mercado no Brasil, ocorridas nos meados da década de 60 até os anos 80. Bresser-Pereira (1997, p.13) faz a seguinte divisão: “O Período Industrial pode ser dividido em duas fases: a fase da Revolução Industrial Brasileira, entre 1930 e 1960, e a de Subdesenvolvimento Industrializado, entre 1960 e 1980”. Com base nessa separação, o capítulo tem como principal objetivo demonstrar em que resultou o desenvolvimento acelerado da indústria no país na década de 50, quais os problemas e providências que foram tomadas para conter o processo inflacionário e qual a importância que as empresas multinacionais e o capital internacional tiveram perante toda essa evolução. Serão também discutidos problemas enfrentados pelo mercado brasileiro em relação aos oligopólios e monopólios formados ao longo do tempo, e porque o período foi considerado como uma etapa de subdesenvolvimento industrial.

Segundo Bresser-Pereira (1997, p.13),

“A crise do início dos anos 60 marca o fim do período áureo da substituição de importações. Nos vinte anos seguintes, a mesma estratégia será entretanto, mantida pelo regime militar que se instaura no país em 1964. Depois de uma estabilização bem sucedida entre 1964 e 1967, o país retoma o desenvolvimento com base em uma aliança autoritária tecnoburocrático-capitalista, que tem como participantes a burguesia local novamente unida, a tecnoburocracia civil e militar, não apenas estatal mas também privada, e as empresas multinacionais”.

2.1. A Busca pela Modernização do País

Após a década de 50, como falamos anteriormente, foi preciso adotar algumas ações para solucionar os problemas econômicos ocasionados pela modernização e a industrialização do país.

O processo de industrialização nos países da América Latina se deu com influências dos países pioneiros, ou seja, Europa e Estados Unidos. Porém, em razão das relações de dependência que mantinham sob seus Estados, os países latinos não conseguiram consolidar o processo de industrialização, a ponto de se tornarem países desenvolvidos. Segundo Giddens (1991, p.31), “Somente o Estado (o que significa aqui o Estado-Nação moderno) está apto a transformar transações de débito privado em meios padronizados de pagamento”. Ou seja, como a maior parte do capital utilizado para a evolução dos países da América Latina foram fornecidos pelos denominados, “países pioneiros”, cabia ao Estado definir quais os setores e como investir neles.

Segundo Pacífico (2002, p.10),

“Embora Brasil e Argentina tenham permanecido dependentes de grupos tradicionais internos e do sistema econômico capitalista norte-americano, a diferença entre ambos reside no fato de que a sociedade Argentina se modernizou em suas pautas de educação, saúde e incentivo à cultura, formando uma sociedade altamente educada e qualificada, enquanto o Brasil seguiu com uma sociedade dominada pelos grupos tradicionalistas, sem modernizar suas pautas de educação e saúde”.

Ao sintetizar o papel do Estado na década de 50, verificamos que este detinha uma característica de “Estado-Empresário”, ou seja, administrava todo o capital provindo dos empréstimos e investimentos em prol do crescimento econômico do país. Somente uma boa administração atrairia capital estrangeiro e investimentos diretos das empresas multinacionais em determinados setores da economia. Para conquistar esse crescimento econômico, o país se tornou muito dependente do capital estrangeiro. A melhor explicação para este fato, é que o Brasil, por não possuir poupança interna suficiente para financiar o seu desenvolvimento dependia, basicamente, do capital externo e dos investimentos do Estado. Isto levou a uma concentração industrial, ao endividamento externo e a existência de poucos agentes econômicos atuando em diferentes setores da indústria. Tal tendência continuou nas décadas

seguintes, fato que facilitou a atuação das multinacionais e do capital internacional incentivados pelo Estado.

2.2. Desequilíbrios Estruturais

O presente capítulo tem como intuito identificar quais os fatores responsáveis para o subdesenvolvimento dos países, em especial o Brasil, e nos deparamos com o chamado “Desequilíbrio Estrutural”. O processo de modernização, como a maioria dos fenômenos, apresentou dois lados, principalmente pela velocidade com que este ocorreu. Por um lado, as oportunidades de emprego cresceram, as técnicas de produção se aperfeiçoaram e conseguimos exportar uma quantidade bem mais diversificada de produtos. Por outro lado, gerou má distribuição de renda, desequilíbrios regionais e a formação dos monopólios e oligopólios, com forte influência das empresas multinacionais e dependência do capital externo. Tendo em vista o foco deste trabalho, a análise seguinte irá se concentrar apenas nestes dois últimos pontos.

2.2.1. Monopólios e Oligopólios

O crescimento econômico do Brasil, apesar de ter acontecido de maneira rápida, foi tardio. O Brasil iniciou seu processo de industrialização quando os Estados Unidos e a Inglaterra haviam conquistado, a várias décadas, um amplo desenvolvimento econômico e industrial. Esse fato contribuiu não só para nossa dependência, mas também para criação do que denominamos Monopólios e Oligopólios, gerados em grande parte, pela influência das multinacionais.

Uma empresa é denominada monopolista quando é a única a produzir um determinado produto, ou prestar um serviço. Este fato contribuiu para que a empresa tenha um controle tanto em relação ao preço do bem ou serviço, como da quantidade produzida. Um mercado que

possui uma grande quantidade de empresas com a característica monopolista pode enfrentar alguns problemas: em especial, para os consumidores, que se tornarão uma espécie de “fantoques”, não tendo opção de escolha. Segundo Andrade e Madalozzo (2003), os monopólios podem existir por duas razões: as econômicas e as legais.

Os denominados como “motivos econômicos” por Andrade e Madalozzo (2003) independem do Estado: a empresa detém o controle de insumos, como, por exemplo, a Companhia DeBeers que é dona da maior parte das minas de diamantes; um outro fator são as economias de escala, que são encontradas na maioria das vezes em “serviços necessários”, como o fornecimento de gás, água e energia elétrica. Como último fator econômico, os autores citam a disseminação do uso. Temos como exemplo claro de tal fato o que ocorre no setor de informática, onde a *Microsoft* é líder indiscutível no mercado.

Por outro lado, Andrade e Madalozzo (2003) denominam como “motivos legais” para presença de empresas monopolistas no mercado, por exemplo a permissão de licenças de exploração. No Brasil, temos como exemplo a Petrobrás que, até 1997, tinha exclusividade na exploração do setor petrolífero. Outro “motivo legal”, são as patentes, o direito reservado durante um determinado tempo, para a empresa que criou o produto. Esses fatores, geralmente, têm a participação do Estado.

Carvalho (2000, p.202), define oligopólio como:

“... uma concorrência imperfeita entre um pequeno número de firmas, todas com elevado poder econômico. A existência de um pequeno número de ofertantes é uma característica básica, embora não seja possível estabelecer um número máximo de vendedores para que o mercado possa ser considerado oligopolizado. (...), existem outras características também importantes, tais como homogeneidade ou heterogeneidade dos produtos, nível de concentração econômica na indústria, quantidade e disponibilidade de informações,...”.

A formação de oligopólios, por possuir uma quantidade restrita de empresas, não permite uma “livre concorrência”, porém, temos um mercado um pouco mais competitivo do que mercado formado por monopólios. Como exemplos de oligopólios, temos: as empresas

áreas e a as empresas de telefonia celular. Em ambos setores, nos deparamos com um pequeno número de prestadores de serviços que para se manterem no mercado, precisam acompanhar ou até mesmo prever as ações de suas concorrentes, que com o intuito de atrair os clientes, criam maneiras de personalizar seus serviços atingindo um público mais exigente ou diminuem o preço, conquistando consumidores que não estão interessados em comodidades. Carvalho (2000) afirma que podemos definir dois tipos de oligopólios: os “puros” (ou homogêneos – aço, cimento, etc) e os “diferenciados” (cigarros, pneus, etc).

Se uma empresa oligopolista é interdependente das demais, principalmente em relação aos preços, como poderão obter lucros? Uma maneira é trabalhar em conjunto, formando os cartéis¹⁶. A formação de cartel é ilegal na maioria dos países ocidentais, e não necessariamente traz benefícios para as empresas que não podem exagerar nos lucros, pois devido à ilegalidade, sua formação não costuma ter uma longa duração.

Como o Brasil teve seu processo de industrialização e crescimento econômico induzido pelo Estado, precisava de alguma forma, atrair capital externo, visto que não possuía poupança interna suficiente para concretizar seu desenvolvimento. Com isso, facilitou a entrada de empresas estrangeiras, obtendo além de empréstimos, investimentos diretos das multinacionais. Com essa política, certos setores foram priorizados inicialmente, como é o caso dos setores automobilístico, naval e bens de consumo.

De acordo com Mendonça (1988), apesar do processo de desenvolvimento do Brasil ser marcado por uma participação ativa do setor produtivo estatal, este não conseguiu acompanhar os demais setores, formados pelos monopólios e oligopólios. O que acarretou ineficiências, o aumento da dívida externa e inflação, ocasionada pela desvalorização da moeda e pelo descontrole dos gastos públicos.

¹⁶ Quando as empresas oligopolistas se reúnem para definir preços ou quantidade dos produtos ofertados.

2.3. Milagre Econômico

No período de 1968 a 1974, passamos um período que foi denominado como “milagre econômico”. Um novo modelo de desenvolvimento, ou melhor, de subdesenvolvimento industrial se concretizava. Com a estagnação econômica atingida durante o governo de Castelo Branco, presenciamos uma entrada de investimentos o que ocasionou o aumento do PIB em aproximadamente 10% ao ano. Devemos frisar que durante esse período as empresas multinacionais voltaram a ser vistas como indutoras da industrialização. Estas tinham suma importância no processo de desenvolvimento, pois produziam bens de consumo duráveis. Ressalte-se que o novo modelo mantinha uma concentração muito grande de renda, e também uma concentração produtiva (oligopólios e monopólios) a favor das multinacionais.

Esse período foi marcado por novos empregos, aumento das indústrias de base, rodovias e algumas grandes obras que, em alguns casos, ficaram inacabadas. O Estado induzia o crescimento do país. Nesse período, observamos um considerável aumento nas taxas de crescimento econômico, que segundo Baer (2002), foram atingidas devido às políticas de estabilização, às reformas e às atividades planejadas pelo governo.

2.4. O Papel do Estado no Desenvolvimento Econômico

As empresas estatais foram de grande importância para o crescimento da economia. Conforme citamos Bresser- Pereira (1997) no início do capítulo, o Brasil sustentou o processo de desenvolvimento, ocorrido entre 1964 e 1967, com base em uma economia tecnoburocrática¹⁷. Existiam dois grupos predominantes: os que trabalhavam para as empresas de grande porte, e os que trabalhavam para o Estado e empresas estatais.

Para facilitar o entendimento, é necessário obter uma comparação com os países que tiveram o desenvolvimento anterior ao do Brasil, embasados no capitalismo. Os Estados

¹⁷ A tecnoburocracia, nada mais é do que uma nova classe social, que alguns autores citam como burguesia ou classe média empregada.

Unidos e a Grã-Bretanha na década de 30 passaram a ter seu capitalismo considerado como estatal. Em 1936, John Maynard Keynes anuncia uma teoria geral da moeda, do juro e do emprego. Segundo Bresser-Pereira (1997), esta teoria enunciava que o sistema capitalista expunha o país às crises econômicas, através do desequilíbrio que este sistema detinha como característica própria. E, segundo Keynes, a solução para este problema viria justamente da intervenção do Estado. Sua teoria também pode ser exemplificada com a posição adotada em 1930 pelo Estado brasileiro, que incinerou várias sacas de café para manter o preço do produto, protegendo um dos setores que na época, representava maior importância para a economia do país.

Fazendo uma análise geral sobre o capitalismo em determinados países, verificamos que quanto mais tardio o início desse sistema, maior a intervenção do Estado em sua economia. Como exemplo claro, temos o Japão, que antes de concretizar o seu processo de industrialização, valorizou a agricultura com o intuito de obter capital, e mais recentemente a China, que adotou o lema “Um país, dois sistemas”.

Sendo assim, o Estado responsável pelo poder, além do papel regulador, que demonstramos com o exemplo do Japão, assumi características de Previdenciário¹⁸ e de Produtor. O papel de Previdenciário se torna uma de suas responsabilidades, visto que o Estado detém uma facilidade maior em controlar as reivindicações por aumento de salários. Utilizando-se do consumo social, como uma maneira indireta de atender as solicitações por parte dos trabalhadores. A responsabilidade de produtor, assumida pelo Estado, provém principalmente de sua capacidade de acumular capital. Utilizando-se do poder tributário¹⁹ e da inflação para financiar as chamadas “empresas estatais”.

¹⁸ Responsável pela saúde, educação, saneamento e previdência social em geral.

¹⁹ Instrumento que o governo utiliza por meio de aumento ou redução de arrecadação de tributos, para facilitar ou dificultar o movimento de exportações e importações no país.

Tabela 2

Participação do Estado na Acumulação de Capital (%)

	1965	1970	1975	1978
Setor Privado	61,9	61,2	58,0	57,0
Estado	38,1	38,2	42,0	43,0
Governos	24,8	18,5	16,9	16,1
Empresas Públicas	13,3	20,3	25,1	26,9

Fonte: BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Economia Brasileira: Uma introdução Crítica**. Editora 34, 1997, p. 65.

Tabela 3

Distribuição em Porcentagem das 100 e das 200 maiores Empresas entre Nacionais, Multinacionais e Estatais em 1985.

	Segundo Patrimônio Líquido		Segundo Lucro Líquido	
	100	200	100	200
Estatais	50,0	39,0	30,0	21,0
Multinacionais	17,0	17,5	19,0	20,0
Nacionais Privadas	33,0	43,5	51,0	59,0

Fonte: BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Economia Brasileira: Uma introdução Crítica**. Editora 34, 1997, p.49.

Acompanhando as tabelas 2 e 3, fica clara a importância da participação do Estado nas atividades econômicas no Brasil.

Alem das empresas estatais, durante o processo de desenvolvimento nos deparamos com a presença das multinacionais. Estas passam a se instalar em diversos países após a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da expansão industrial dos Estados Unidos, Europa e Japão nas décadas de 50 e 60.

CAPÍTULO III

AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E SUA ATUAÇÃO NO BRASIL

O terceiro capítulo apresenta uma análise de empresas multinacionais de grande destaque no mercado mundial e com atuação no Brasil. Ao analisar o histórico das empresas multinacionais, nos deparamos com uma característica em comum. Todas estas empresas optaram por se instalar em outros países, principalmente após a II Guerra Mundial, quando já possuíam um mercado interno consolidado. Segundo Kucinski (1996, p.21), “Toda multinacional é a sobrevivente vitoriosa de lutas por mercado nas quais arruinou concorrentes que depois absorveu – um processo interminável de concentração de capital e monopolização da produção”.

A eliminação da concorrência ocorre devido a alguns fatos: a invenção de um produto, como ocorreu com a Coca-Cola, que foi a primeira empresa a criar um refrigerante; uma nova maneira de fabricar um produto já existente ou de transportá-lo. Como exemplo, temos John Rockefeller, fundador de uma empresa petrolífera em 1829, que descobriu o que o transporte deste combustível acarretaria no domínio desse mercado. Após essa descoberta, Rockefeller não demorou muito tempo para comandar o setor petrolífero.

Segundo Gilpin (2004, p.257), as multinacionais geraram muita polêmica:

“Alguns consideram essas poderosas organizações um dom para a humanidade, as quais superam o Estado nacional, difundem a tecnologia e o desenvolvimento econômico entre os países em desenvolvimento e articulam as economias nacionais em uma rede de interdependência expansiva e benéfica. Outros as vêem como predadores imperialistas a explorar a todos em benefício dos seus dirigentes, ao mesmo tempo em que criam uma trama de dependência política e subdesenvolvimento econômico”.

Essas polêmicas surgiram logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, onde evidenciamos a entrada maciça destas empresas em novos mercados.

O investimento estrangeiro direto foi um dos fatores que facilitou a entrada das multinacionais no Brasil. Este tipo de investimento pode ser considerado como uma tática destas empresas que selecionam determinados setores, onde possuem uma vantagem perante as empresas nacionais, para se instalarem e criarem uma espécie de mercado oligopolístico.

Existem duas teorias que explicam a criação deste mercado oligopolístico: A “teoria do ciclo do produto” de Vernon (1966), onde as multinacionais buscam produzir o mesmo produto ou produtos semelhantes em todo território e, a “teoria da organização industrial baseada na integração vertical”, onde as multinacionais utilizam os produtos de algumas fábricas que servem de insumo para outras da mesma empresa.

Segundo Gilpin (2004, p.263),

“A teoria do ciclo do produto ajuda a explicar alguns traços importantes da economia mundial contemporânea: o peso das empresas multinacionais e da competição oligopolística, o papel do desenvolvimento e da difusão da tecnologia industrial como fatores importantes do comércio e da localização global das atividades econômicas e a integração do comércio e da produção no exterior na estratégia das empresas. São desenvolvimentos que estimularam tanto os governos nacionais como os que acolhem as empresas multinacionais a usar a política industrial e outros meios para fazer com que essas poderosas instituições se ajustem ao que é percebido como o interesse nacional”.

Doellinger e Cavalcante (1975), citando Vernon, dizem que: a “teoria do ciclo do produto” é a que exemplifica melhor a evolução dessas empresas. Essa teoria diz basicamente que as razões pela procura do mercado externo em países em desenvolvimento são: a preservação do mercado e a busca de tarifas menos rígidas para a indústria local. Além disso, os autores apontaram alguns fatores importantes que justificam os investimentos das empresas multinacionais no exterior:

- a) Manter ou aumentar mercados externos;
- b) Incapacidade de exportar devido a tarifas e restrições de mercado;
- c) Competição local;
- d) Crescimento acelerado no exterior;

e) Custo de mão-de-obra e de matéria-prima reduzidos;

Doellinger e Cavalcante (1975) estudam ainda outra teoria que é importante também para compreender a entrada das multinacionais nos países em desenvolvimento, como no Brasil: a “teoria da reação oligopolística”, que, em síntese, defendia a idéia de que uma empresa, ao tomar a decisão de investir em um determinado país, atrairia as demais empresas do mesmo ramo, incentivando assim uma disputa pelo mercado.

A presença das multinacionais na economia brasileira era visível desde o início do século XX, porém foi a década de 50 que marcou a chegada dessas empresas no Brasil, visto que neste período o incentivo a industrialização era maior. A fim de não perder o acesso ao mercado brasileiro, uma série de multinacionais decidiram investir no país, estimuladas, muitas vezes, por políticas de incentivo do governo.

A maior parte das empresas multinacionais atuam em setores como: petróleo (Exxon e Shell); automóveis (General Motors, Toyota, Fiat e Volkswagen); eletrônicos/telecomunicações (Sony e Telephone & Telegraph Corporation - ITT), fumo e alimentos (Nestlé e Coca-Cola). Mercados em que detectamos hoje uma concorrência acirrada. Formado por uma quantidade pequena de empresas, estes setores do mercado movimentam a maior parte do capital do mundial.

3.1 Empresas Multinacionais no Brasil

A pergunta a ser colocada é “Qual a contribuição das Empresas Multinacionais para o desenvolvimento do Brasil?” Além de contribuir para o processo de industrialização, com a tecnologia e com o conhecimento de determinadas técnicas de produção, as multinacionais geraram empregos, elevaram salários e deram um incentivo maior a setores mais modernos, que ainda não haviam sido explorados pelas indústrias nacionais, como os setores mecânico, de transporte e automotivo, de material eletrônico, de fumo e farmacêutico. Do mesmo modo,

em alguns casos, passaram a atuar nos setores em que as fábricas brasileiras já estavam presentes, como alimentos, bebidas e vestuário. As multinacionais, portanto, por vezes, dividiram o mercado com as indústrias brasileiras, criando uma maior competição. Para visualizar bem o crescimento anual de certos setores no Brasil e a participação das empresas multinacionais, devemos observar a tabela 4 que inclui o período do chamado “milagre brasileiro”.

Tabela 4
Taxas de crescimento anuais médias – Produto Real (1966/73)

Setores	%	Participação das Empresas Multinacionais
Minerais Não-Metálicos	11,3	59,72
Metalurgia	10,3	26,50
Mecânica	16,2	74,65
Material Elétrico	14,7	76,16
Material Transporte	14,7	96,44
Madeiras	9,7	17,59
Papel e Papelão	8,0	37,05
Mobiliário	-2,5	0,00
Borracha	12,1	66,10
Couros e Pele	6,4	-----
Química	12,6	51,12
Plásticos	12,0	70,13
Perfumaria	13,7	3,30
Têxtil	3,7	37,88
Vestuário	6,0	49,71
Alimentos	9,3	53,84
Bebidas	5,4	14,65
Fumo	5,8	99,90

Fonte: DOELLINGER, Carlos Von; CAVALCANTI, Leonardo Caserta. **Empresas multinacionais na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, p.56.

Conforme pode ser verificado na tabela 4, destacamos o Fumo como um dos setores industriais que obteve um maior número de subsidiárias de empresas multinacionais no Brasil durante aquele período.

Porém, devemos chamar a atenção para o desempenho das multinacionais com relação à questão tecnológica, pois, em alguns casos, criou-se uma dependência do Brasil aos países estrangeiros. Muitas vezes as multinacionais trazem para o país tecnologias já ultrapassadas

em seu país de origem, deixando, portanto, o país receptor atrasado tecnologicamente naquele setor específico. Em outras ocasiões, não se concedeu acesso à tecnologia de ponta incorporada nos produtos ou serviços trazidos para o “país hospedeiro”.

Por outro lado, além do capital, algumas empresas multinacionais trouxeram o conhecimento tecnológico que necessitávamos, os recursos e capacitação gerencial que foram essenciais para o desenvolvimento de alguns ramos industriais e que, em consequência, contribuíram para o crescimento econômico do país.

Ao analisar os custos sociais das multinacionais para o Brasil, Doellinger e Cavalcante (1975) dizem que:

“A empresa estrangeira difere da nacional em um aspecto fundamental: seu benefício líquido (lucro líquido) constitui um custo social para o país anfitrião, na medida em que consome divisas quando é remetido para o exterior. Esse custo, na verdade, não deveria ser tão-somente avaliado pelo montante de divisas remetidas ao exterior, seja a títulos de lucros, *royalties*, amortizações, assistência técnica, juros, etc., mas sim pelo custo marginal avaliado em moeda nacional da “produção” dessas divisas através de exportações de bens e serviços.”.

Tomando por base a análise dos autores, verificamos que as multinacionais possuem uma vantagem perante as empresas nacionais, acarretando certos custos para o país hospedeiro. Como toda e qualquer empresa, as multinacionais procuram obter lucros. As facilidades para a obtenção destes foi um dos fatores que chamaram a atenção dos países desenvolvidos a instalarem subsidiárias nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O Brasil passou a visão de “paraíso”, pois disponibilizava mão-de-obra mais barata, facilidade na obtenção de algumas matérias-primas e benefícios tributários. Com isso, o país passou a ser atraente para os investimentos diretos realizados pelas multinacionais. Sendo assim, estas empresas, “invadem” os países de menor poder aquisitivo e se beneficiam dos privilégios oferecidos para fortalecerem ainda mais os seus mercados de origem.

É com um balanço entre os benefícios trazidos pelas multinacionais para o Brasil e as vantagens que foram oferecidas para que elas se instalassem aqui que se pode examinar,

setorialmente, quais os principais custos para o país da participação das Empresas Multinacionais no desenvolvimento nacional. Tomando como base a inovação e a tecnologia oferecida por elas, além de nos depararmos com uma certa dependência, o crescimento dessas empresas estrangeiras, em alguns casos, ao invés de estimular a competição, inibiram a expansão das empresas locais, tornando o mercado cada vez mais difícil para estas. Por deterem um enorme poder econômico, estas empresas multinacionais podem criar tanto uma competição de mercado, quanto contribuir para a criação de oligopólios.

3.2. O caso da Coca-Cola:

A empresa escolhida para uma análise mais profunda desta competição está no setor de bens de consumo. “The Coca-Cola Company”, ao longo dos anos, despertou a curiosidade de muitas pessoas e, apesar de se manter líder no mercado de refrigerantes, instigou inúmeras empresas a participarem desta concorrência.

Em 1886, John Pemberton criou uma bebida que com o tempo se transformou um grande símbolo de todas as gerações. *John* era farmacêutico, e após algumas pesquisas realizadas, com o intuito de encontrar cura para as dores de cabeça, elaborou uma “mistura” de cor caramelo semelhante a um xarope. Posteriormente, a “mistura” é levada para uma farmácia, onde combinada com água gasosa, é oferecida para os clientes. O criador desse produto, não tinha idéia do sucesso que seria conquistado pela bebida.

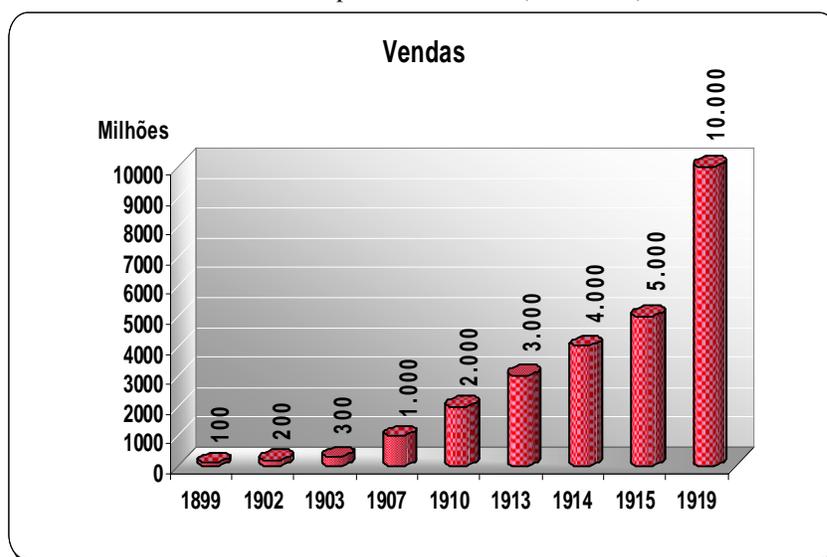
Para conseguir a expansão do produto nos mercados, foi preciso criar uma série de artifícios para chamar a atenção do público. A empresa seguiu a risca as “normas” para uma boa divulgação: participou de “Feiras Internacionais”, distribuiu cupons para que o público pudesse experimentar o produto gratuitamente e distribuíram diversos brindes com a logomarca.

Em 1895, a Coca-Cola já era vendida em todo o território americano. O sucesso da marca instigou outros fabricantes a imitarem a bebida. Para preservar o produto, a Coca-Cola investiu na publicidade, dando ênfase à autenticidade.

Em 1906, vinte anos após o nascimento da Coca-Cola, esta inaugura sua primeira fábrica fora do país de origem. O local escolhido para a expansão de seu mercado foi Havana (Cuba). Com base nesse dado, identificamos uma das características marcantes nas empresas multinacionais. A Coca-Cola esperou dominar o seu mercado interno, para então arriscar um investimento no exterior.

O Gráfico 8, demonstra o crescimento da empresa durante 20 anos (1899-1919). Observamos um aumento de 99% nas vendas do produto em copos de 237ml.

Gráfico 8
Venda de Copos de Coca-Cola (1899-1919)



Elaboração própria. Fonte dos dados: COCA-COLA. História da Coca-Cola. **Coca-Cola no Mundo**. Disponível em: <<http://www.cocacolabrazil.com.br/quemsomos/historia/historia.asp>>. Acesso em: 07 de Novembro de 2005.

Em 1941, os EUA participam da Segunda Guerra Mundial, e ao contrário de outras empresas que se abalaram com o conflito, a Coca-Cola fez uso do mesmo para se propagar mundialmente. Woodruff não se preocupou se teria prejuízos. O presidente garantiu aos combatentes americanos que, independente do local onde estivessem, conseguiriam comprar o

produto. Ao fim do conflito, a empresa já estava instalada em diversos países, inclusive no Brasil.

Figura I

A Coca-Cola presente na Segunda Guerra Mundial



Fonte: WATTERS, Pat. **Coca-Cola: An Illustrated History**. New York. Doubleday, 1978, p.156.

A Coca-Cola recebeu muitas críticas sobre a veracidade de sua história bem como os métodos utilizados para conquistar um lugar de destaque no mercado mundial. Porém, independente dos meios e métodos que foram utilizados e ocultos pela Coca-Cola, estes estão presentes tanto nas empresas multinacionais, como nas estatais e em diversas outras instituições, até mesmo nos governos. “The Coca-Cola Company”, foi um exemplo de sucesso. E acompanhando as etapas do desenvolvimento desta empresa, percebe-se uma solução para a problemática que foi enfrentada durante o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, isto é, a formação de oligopólios.

Ao longo do tempo, foram surgindo algumas marcas semelhantes à Coca-Cola, como a Pepsi, Brahma e a Antártica. A tabela 5 nos mostra a participação das principais marcas no mercado brasileiro de refrigerantes do período de 1991 a 1999.

Tabela 5

Marcas - % de participação					
Ano	Regionais (Tubainas)	Pepsi Cola	Coca-Cola	Brahma	Antártica
1991	9,40	9,20	60,00	6,00	15,40
1992	10,30	8,10	59,30	6,30	16,00
1993	13,40	7,30	57,70	6,00	15,60
1994	16,70	6,60	54,70	6,70	15,30
1995	18,00	8,70	51,50	7,60	14,20
1996	17,50	8,70	51,80	8,80	13,30
1997	20,50	7,10	50,40	9,50	12,40
1998	26,60	5,90	48,30	7,50	11,70
1999	30,80	6,10	46,10	6,20	10,80

Fonte: BEVTECH: O Portal da Bebida. **Informações Técnicas.** Disponível em: <<http://www.bevtech.com.br/infotec/mercado.br.htm>>. Acesso em 20 de Novembro de 2005.

Após esse período, verificamos a junção de muitas marcas, tornando o mercado com um número ainda menor de empresas concorrentes. As Tabelas 6 e 7 mostram a participação das principais marcas em 2005 e comparam o volume do consumo de refrigerantes nos dois últimos anos.

Tabela 6

Participação – Volume 2005 (%)				
Mês	Coca-Cola	Ambev	Schincariol	Outras
Janeiro	52,2	17,7	2,3	27,8
Fevereiro	52,4	17,6	2,3	27,7
Março	53,2	16,3	2,5	28,0
Abril	53,8	16,2	2,7	27,3
Mai	53,3	16,4	2,7	27,6
Junho	53,2	16,6	2,9	27,3
Julho	53,3	16,8	3,1	26,8
Agosto	53,7	16,6	3,0	26,7
Setembro	53,8	16,6	3,0	26,6
Outubro	53,4	17,3	2,9	26,4
TOTAL	53,2	16,8	2,7	27,2

Fonte: ABIR: Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas. **Dados de Mercado.** Disponível em: <http://www.abir.org.br/rubrique.php?id_rubrique=5>. Acesso em 28 de Novembro de 2005.

Tabela 7

Volume 2004 x 2005 – Mensal (Em litros)			
Mês	2004	2005	(%)
Janeiro	1.221.011	1.253.978	2,70
Fevereiro	1.089.991	1.121.601	2,90
Março	1.073.757	1.134.961	5,70
Abril	1.039.762	1.081.352	4,00
Mai	992.592	1.015.422	2,30
Junho	886.639	962.890	8,60
Julho	906.558	921.063	1,60
Agosto	924.290	955.716	3,40
Setembro	1.006.571	947.183	-5,90
Outubro	973.169	941.054	-3,30
Novembro	1.000.086		
Dezembro	1.094.524		
TOTAL	12.208.950	10.335.221	2,18

Fonte: ABIR: Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas. **Dados de Mercado.** Disponível em: <http://www.abir.org.br/rubrique.php?id_rubrique=5>. Acesso em 28 de Novembro de 2005.

Com base nessas tabelas, identificamos o motivo que mantém o Brasil em terceiro lugar no mercado de consumo mundial de refrigerantes. Em primeiro lugar estão os Estados Unidos e em segundo o México.

3.3. Telefonia Celular

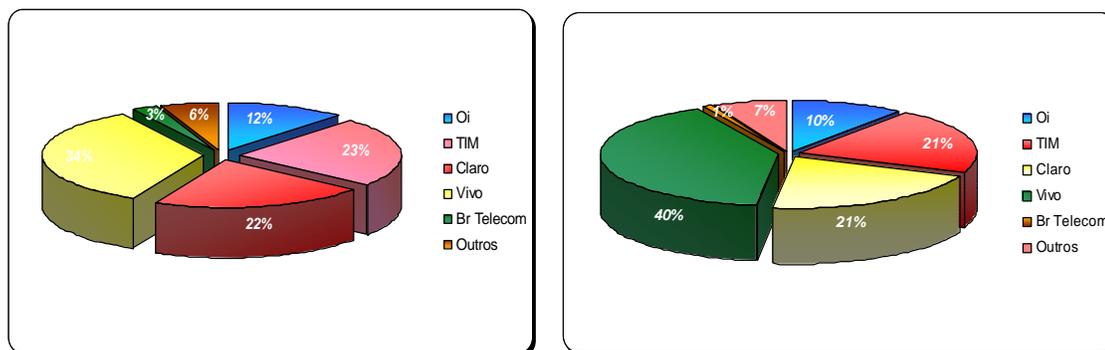
Além do mercado de refrigerantes, um outro setor também chama a atenção para a formação de oligopólios nos dias de hoje. O setor de telefonia celular. Nos últimos anos, surgiram uma série de empresas, cada uma com suas características específicas. Dentre as principais empresas envolvidas nesse oligopólio estão Brasil Telecom, Claro, Tim e Vivo, com forte participação de empresas multinacionais. Assim, como acontece em outros oligopólios, temos um número reduzido de empresas comparado à quantidade de consumidores. Ambas prestam basicamente o mesmo serviço (telefonia celular) e a concorrência entre elas é acirrada. Para se destacar oferecem uma série de vantagens: pacotes promocionais, tarifas mais baixas e até aparelhos telefônicos, no intuito de manter ou conquistar novos clientes e se tornarem líder no mercado. A diferença do processo de

formação de oligopólios que ocorreu no passado, no entanto, é que hoje existem leis mais rigorosas contra a formação de cartéis ou anti-trust, bem como a existência de órgãos estatais reguladores (como ANATEL, no caso da telefonia), que regulam o comportamento destas empresas e estabelecem regras para proteger os consumidores e preservar a concorrência no mercado.

O Gráfico 9 e a Tabela 8 comparam a participação das operadoras de maiores destaques no ano de 2004 e 2005.

Gráfico 9

Market Share das operadoras de Celular
Dez 2004 e Dez 2005



Fonte: TELECO: Informações em Telecomunicações. **Operadoras de Celular no Brasil**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/opcelular.asp>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2006.

Tabela 8

Principais Mercados de Celulares			
Milhões	País	2005	2004
1	China	400	335
2	US	201	181
3	Rússia	125	74
4	Japão	95	91
5	Brasil	86	66

Fonte: TELECO: Informações em Telecomunicações. **Principais mercados de Celular no mundo**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/pais/celular.asp>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2006.

Com base nos dados disponíveis na Tabela 8, verificamos que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking dos principais mercados de celulares no mundo, perdendo somente para

China, Estados Unidos, Rússia e Japão. Em virtude do destaque deste mercado, o país atraiu uma série de fornecedores no setor de telecomunicações, contribuindo para o crescimento desta indústria no Brasil. A Nokia e a Motorola são responsáveis por 80% das exportações deste mercado e contribuíram em grande parte para a compra de 31,6 milhões de telefones celulares em 2005 no país.²⁰ No entanto, é preciso analisar a “qualidade dos investimentos” das multinacionais neste setor específico: a crítica que se faz é a de que as empresas funcionam como meras “montadoras” de celulares, uma vez que os componentes de maior valor agregado não são produzidos no Brasil. Mais uma vez, deveriam ser introduzidas regras para que houvesse estímulo à produção daqueles componentes no país, o que, além de capital, traria novas tecnologias e criaria mercado de trabalho para mão-de-obra mais qualificada.

²⁰TELECO: Informações em Telecomunicações. **Comentários Teleco.** Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/comentario/com140.asp>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2006.

CONCLUSÃO

A proposta desse trabalho consistiu em analisar os impactos que o acelerado processo de industrialização e a participação das multinacionais causaram na economia brasileira. Ao longo de sua evolução, a economia brasileira enfrentou uma série de polêmicas no que diz respeito às melhores políticas que deveriam ser adotadas pelos governos.

A industrialização do Brasil se deu com base no sistema capitalista que, segundo Lester Thurow (2001), “cria crescimento econômico e possibilita a satisfação das necessidades individuais, mas não é perfeito”. Após alguns anos, foram aparecendo algumas distorções de mercado comprovando o pensamento do autor. Nos deparamos com a formação dos oligopólios, monopólios e com a presença maciça das empresas multinacionais que, muitas vezes, inibiram o desenvolvimento de empresas nacionais e de tecnologias brasileiras.

A política de industrialização acelerada levou, entre alguns problemas, a um alto endividamento externo. Para financiar esta dívida, o governo incentivava as exportações, com grandes desvalorizações da moeda nacional, o que acabava prejudicando as indústrias que dependiam das importações de insumos e de equipamentos para o seu desenvolvimento. Ademais, as sucessivas desvalorizações geravam processos inflacionários, que prejudicavam, sobretudo, as empresas nacionais voltadas ao mercado doméstico, uma vez que havia uma grande inibição do consumo interno. Com isso, a dependência do país perante as grandes potências mundiais, ou seja, os países desenvolvidos que forneciam investimentos diretos e financiamentos através dos bancos estrangeiros, se tornou cada vez maior. Aumentava-se, também, a vulnerabilidade do país a choques externos.

Para que o processo de desenvolvimento ocorresse, era necessário que o Estado, exercendo o papel de principal agente econômico, incentivasse a poupança interna. Como isso não existia, pois o nosso mercado interno não era incentivado, a opção para atrair capital estrangeiro foi através da realização de financiamentos e empréstimos ou de incentivos aos

investimentos multinacionais. Estes foram intensos nas décadas de 60 e 70, e a consolidação do mercado interno continuou em segundo plano, comparado às exportações. A dívida externa atingiu proporções incontroláveis, e, para tentar amenizar esta dívida com o exterior, o governo incentivou a instalação das empresas multinacionais no país que pudessem contribuir com o esforço exportador, mesmo que estes incentivos levassem a formação de grandes oligopólios e monopólios em determinados setores. Como foi constatado no setor de refrigerantes, onde a multinacional Coca-Cola, ao longo dos anos, conquistou um grande público, e se tornou líder deste mercado oligopolístico.

Uma empresa multinacional só investia no exterior se já possuísse um mercado consolidado em seu país de origem. Analisando por este ponto de vista, o governo brasileiro pecou em priorizar o apoio ao capital externo sem dar, muitas vezes, o devido apoio ao capital nacional, ou à formação bruta de capital doméstico e à poupança nacional, que permitiriam maiores investimentos domésticos. As multinacionais, no entanto, tiveram um importante papel no desenvolvimento, quando o Brasil viu esgotada a possibilidade de continuar com o modelo de substituição das importações. O governo brasileiro criou políticas de incentivo de maneira com que as multinacionais se instalassem no país. Com isso obteve investimentos diretos, e principalmente tecnologia, que é uma das características marcantes destas empresas, mas gerou concentração em determinados setores, que levaram as distorções naqueles mercados.

As multinacionais, em geral, foram apontadas pelos governos locais, e por alguns críticos, como causadoras de uma série de distorções no mercado. Segundo Gilpin (2004, p.273) “O argumento econômico é o seguinte: os investimentos diretos estrangeiros distorcem a economia e a natureza do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos”. Esse foi um dos motivos para a formação dos denominados “mercados imperfeitos”.

Dentre as principais críticas às multinacionais, nos deparamos com: a criação de uma economia com um número reduzido de empresas em alguns setores; a utilização inadequada da tecnologia, causando em algumas vezes o desemprego e impedindo um possível desenvolvimento das técnicas das empresas nacionais, e um dos pontos mais criticados, é justamente um dos fatores estratégicos das multinacionais, a introdução de hábitos e costumes estrangeiros:

Segundo Gilpin (2004, p. 274),

“A presença dominante das empresas estrangeiras caracteriza-se por uma forma de imperialismo cultural, uma “coca-colalização” da sociedade, pela qual o país subdesenvolvido perde controle sobre sua própria cultura e sobre o seu desenvolvimento cultural. Vê-se a empresa estrangeira como um fator de perturbação dos valores tradicionais, a introduzir pela sua publicidade e pelas práticas comerciais novos valores e gostos inadequados ao país recipiente”.

Podemos constatar que, das inúmeras críticas que surgiram com a presença das multinacionais, a maior parte provém do próprio processo de desenvolvimento econômico. O investimento direto destas empresas, dependendo de sua “qualidade” e da ausência de regras que garantam o alcance dos interesses nacionais, pode prejudicar e até ocasionar algumas distorções no mercado. Porém, este investimento, juntamente com os financiamentos que foram realizados pelo governo, é que, muitas vezes, possibilitaram o crescimento do parque industrial em diversos países, inclusive no Brasil.

Neste sentido, em um momento que se rediscute a inserção do Brasil em um mundo cada vez mais globalizado, as lições do passado são de extrema importância para as escolhas das opções que seguiremos no futuro. Não se trata de defender o nacionalismo ou o protecionismo exarcebado, mas de compatibilizar os interesses nacionais, de desenvolvimento econômico e social, com o relacionamento positivo e construtivo com o capital internacional. A consolidação do mercado interno, incluindo o melhor nível de satisfação das necessidades básicas da população (educação, saúde e segurança), não devem ser colocadas em segundo

plano. Ao setor privado nacional deve ser concedido também o devido apoio, de modo que se diminua o grau de dependência e vulnerabilidade da economia do país com relação ao capital externo, e se consolide um mercado doméstico forte e estável, com crescimento econômico e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIR: Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas. **Dados de Mercado**. Disponível em: <http://www.abir.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=5>. Acesso em 28 de Novembro de 2005.

ANDRADE, Eduardo; MADALOZZO, Regina. **Microeconomia**. São Paulo: Publifolha, 2003, 128p.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509p.

BEVTECH: O Portal da Bebida. **Informações Técnicas**. Disponível em: <<http://www.bevtech.com.br/infotec/mercado-br.htm>>. Acesso em 20 de Novembro de 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. 5ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003. 456p.

_____. **Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 1997. 224p.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985. 369p.

CARVALHO, Luiz Carlos P. **Microeconomia Introdutória: para cursos de administração e contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 251p.

COCA-COLA. História da Coca-Cola. **Coca-Cola no Mundo**. Disponível em: <<http://www.cocacolabrasil.com.br/quemsomos/historia/historia.asp>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2005.

_____. **Coca-Cola no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cocacolabrasil.com.br/quemsomos/historia/historia.asp>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2005.

DELILEZ, Jean-Pierre. **Os Monopólios: Ensaio sobre o Capital Financeiro e a Acumulação Capitalista**. São Paulo: Editorial Estampa, 1974. 197p.

DOELLINGER, Carlos Von; CAVALCANTI, Leonardo Caserta. **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975, 158p.

FORD. **Institucional: 100 anos de Ford**. Disponível em: <<https://www.ford.com.br/Default.asp#inicio>>. Acesso em 06 de Setembro de 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/3E_ele_voltou/Bnde.asp>. Acesso em 05 de Setembro de 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Nacional, 2003.

256p.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 11^a ed. São Paulo: Nacional, 1972. 248p.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 7^a ed. São Paulo: LTC, 1999. 281p.

GENERAL MOTORS. **Perfil da Empresa: A Companhia**. Disponível em: <<http://gmb.chevrolet.com.br>>. Acesso em 06 de Setembro de 2005.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 197p.

GILPIN, Robert. As empresas multinacionais e o desenvolvimento econômico. In: GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: UnB, 2004. p. 257-290.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo Demográfico 2000. Resultados do Universo. **Tabela – População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – Brasil - Grandes Regiões**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelabrasil111.shtm>>. Acesso em 06 de Novembro de 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **O que são Multinacionais**. 14^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 94p.

MEMORIAL JK. **A vida de JK: Trajetória**. Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br/jk/indexjk.htm>>. Acesso em 05 de Setembro de 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 125p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal. **Estabelecimentos Fabricantes de Cigarros Autorizados a Operarem no Brasil**. Disponível em: <www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em 29 de Outubro de 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **FMI: Fundo Monetário Internacional**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/orgfin/fmi>>. Acesso em 15 de Outubro de 2005.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Eletrobrás. **A Empresa**. Disponível em: <http://www.eletobras.gov.br/EM_Empresa.asp>. Acesso em 03 de Novembro de 2005.

PACÍFICO, Andrea Pacheco. Brasil: Em Busca de um País Moderno e Industrializado. **A Integração Econômica da América Latina**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 7-19, jan. /jun. 2004.

PETROBRÁS. **A Petrobrás. História**. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portal/Petrobras.htm>>. Acesso em 03 de Novembro de 2005.

TELECO: Informações em Telecomunicações. **Comentários Teleco**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/comentario/com140.asp>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2006.

_____. **Operadoras de Celular no Brasil.** Disponível em: <
<http://www.teleco.com.br/opcelular.asp>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2006.

_____. **Principais mercados de Celular no mundo.** Disponível em:
<<http://www.teleco.com.br/pais/celular.asp>>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2006.

THUROW, Lester. Os pecados do Capitalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 set. 2001, A-3.

WATTERS, Pat. **Coca-Cola: An Illustrated History.** New York: Doubleday, 1978. 288p.